

Com dívida de R\$ 43 bi, Americanas busca fôlego em recuperação judicial

Justiça do Rio aceita pedido de recuperação da Americanas

A 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro aceitou, no fim da tarde de ontem, pedido de recuperação judicial formalizado horas antes pela Americanas. A empresa diz ter dívida de R\$ 43 bilhões e afirmou que o seu caixa vem sendo drenado pelos bancos. A defesa da Americanas solicitou que BV, Bradesco, Itaú e Safra sejam obrigados a devolver recursos que bloquearam em contas da varejista. A peça afirma que a empresa possui apenas cerca de R\$ 250 milhões em caixa para honrar com obrigações.

Os advogados da empresa destacam que, quarta-feira, a companhia ainda possuía R\$ 800 milhões em recursos – o valor chegava a R\$ 7,8 bilhões antes da revelação do buraco contábil. Entretanto, a quantia caiu diante dos bloqueios de recursos feitos por bancos credores após a descoberta do rombo. Fontes próximas às negociações, ouvidas pelo jornal O Estado de S. Paulo, calculam que o valor não sustentaria a operação da varejista por muito tempo.

A recuperação judicial da Americanas é a quarta maior da história do Brasil. A crise começou com a renúncia do CEO Sérgio Rial em 11 de janeiro, 10 dias depois de assumir o cargo. Quando anunciou a saída, Rial emitiu um comunicado ao mercado, reportando o rombo contábil avaliado em R\$ 20 bilhões. A companhia pagava fornecedores por meio de triangulação legal com bancos, mas os pagamentos não foram devidamente dimensionados e realizados, gerando a dívida.

Apuração

Na justificativa para o pedido de recuperação, a empresa disse que, diante do “potencial descumprimento de obrigações contratuais acessórias, previstas em vários dos contratos celebrados com seus credores, inclusive estrangeiros, tornou-se iminente o risco de declaração de vencimento antecipado e imediato da totalidade de suas bilionárias obrigações, seguido da ‘corrida pelos ativos’ das requerentes”.

A varejista disse estar determinada a apurar “eventuais irregularidades”. No despacho, o juiz Paulo Assed Estefan reitera que deverá ser investigada possível fraude por parte da companhia.



Recursos em caixa despencaram de R\$ 7,8 bilhões para R\$ 250 milhões

Acionistas de referência prometem injetar dinheiro

A Americanas também informou em nota, ontem, que seus acionistas de referência, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, informaram ao presidente do Conselho de Administração que pretendem injetar recursos na rede varejista para “manter a liquidez da companhia em patamares que permitam o bom funcionamento da operação de todas as lojas, do seu canal digital, americanas.com, da AME e suas coligadas”.

Segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo, antes de pedir a recuperação judicial, o banco Rotschild, contratado pela Americanas como seu novo assessor financeiro, voltou às reuniões com os credores com a mesma proposta que Sérgio Rial havia tentado, sem sucesso, construir. Nela, Lemann, Telles e Sicupira injetariam R\$ 6 bilhões na companhia, e os bancos entrariam com outra parte, convertendo parte da dívida em ações.

Ainda assim, alguns dos envolvidos consideram que há saída viável para a empresa: injeção de ao menos R\$ 15 bilhões pelos acionistas de referência. Um capital que só teria retorno no longuíssimo prazo, com a recuperação da credibilidade da companhia perante o mercado, fornecedores e clientes. Depois da injeção, viria renegociação com os credores, difícil, mas viável. Sem isso, a empresa quebraria.

Lojas

Em nota, a varejista garante que as lojas continuarão abertas: “Dado o pedido de recuperação judicial da empresa, a administração da Americanas vem a público informar que seguirá operando normalmente dentro das novas regras da recuperação judicial, cujo um dos objetivos principais é a própria manutenção de empregos, pagamento de impostos e a boa relação com seus fornecedores e credores e investidores.”

Comissão abre o quinto processo administrativo

A partir de denúncia enviada pela Associação Brasileira de Investidores (Abradin), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu processo administrativo para apurar os eventos relacionados ao rombo na Americanas, elevando a cinco o número de procedimentos abertos. O processo poderá ser encaminhado à Superintendência de Relações com Empresas (SEP).

Na medida em que as apurações

avancam, mais procedimentos podem ser criados e os processos administrativos podem ser convertidos em “processos sancionadores” ou em inquéritos administrativos.

– Fizemos uma denúncia na CVM pedindo para apurar as informações relativas ao buraco contábil, para que com base nos dados apurados possamos fazer uma denúncia mais concreta. Ainda não entramos com ação, pois

Como funciona

O QUE É RECUPERAÇÃO JUDICIAL?

• É um instrumento jurídico que empresas adotam para tentar superar graves crises financeiras. A empresa sinaliza que precisa de maior tempo para se restabelecer, com a possibilidade de renegociar suas dívidas e, ao mesmo tempo, manter operações e empregos. É uma forma de evitar a falência.

COMO É SOLICITADA?

• A empresa deve encaminhar o pedido à Justiça, demonstrando ter capacidade de recuperação. A documentação é avaliada por um juiz, que aceita ou não o pedido. Com a solicitação aceita, a companhia ganha 180 dias de proteção contra execuções de credores.

• Em improrrogáveis 60 dias, a empresa deve apresentar plano de recuperação, detalhando como tentará sair da crise. Para o processo seguir, o documento ainda depende de aprovação em assembleia geral de credores.

E AS DÍVIDAS?

• As condições dos pagamentos devem constar no plano de recuperação. Geralmente, o plano inclui prazo maior para o pagamento das dívidas, parcelamentos e a possível venda de ativos, entre outras ações.

O QUE ACONTECE SE A EMPRESA NÃO TIVER O PLANO APROVADO?

• Caso o plano de recuperação apresentado em juízo não seja aprovado, e o juiz entender que a empresa não tem condições de se recuperar, terá a sua falência decretada. O mesmo ocorrerá caso o plano, se aprovado, não for cumprido, ou se a empresa não se recuperar ao final do prazo.

seria aventureiro e precipitado – diz o economista Aurélio Valporto, presidente da Abradin, que tem sede no Rio de Janeiro.

De acordo com Valporto, a associação tem auditores trabalhando em paralelo às investigações oficiais e há suspeitas de fraude:

– Há evidências de que havia desvio de caixa e não apenas erros contábeis. Estes serviriam para acobertar aqueles.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Crise varejista **Página:** 12